

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Dos Srs. Deputados Alexandre Padilha e Carlos Zarattini)

Requer a realização de seminário, na Cidade de São Paulo – SP, conjunto com as seguintes comissões: **Comissão de Seguridade Social e Família**, Comissão de Educação e a Comissão de Cultura, para debatermos a venda de terrenos públicos na Cidade de São Paulo, inclusive em áreas onde estão localizadas escolas públicas municipais e **equipamentos sociais para crianças e adolescentes**.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminário, na Cidade de São Paulo, conjunto com as seguintes comissões: **Comissão de Seguridade Social e Família**, Comissão de Educação e a Comissão de Cultura, desta Casa, destinada a debater a venda de dezenas de terrenos públicos na Cidade de São Paulo, inclusive onde estão localizadas escolas públicas municipais e **equipamentos sociais para crianças e adolescentes**.

Para a discussão deverão ser convidados (as):

- Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias do Município de São Paulo;
- Representantes dos pais e alunos das escolas incluídas na lista das privatizações;
- Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal – São Paulo (SP);
- Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo;
- Secretário de Cultura do Município de São Paulo;

- Secretário de Educação do município de São Paulo;
- Representante da sociedade civil membro do Conselho Municipal de Educação de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

No dia 19 de outubro de 2019, o prefeito da Cidade de São Paulo, Bruno Covas, sancionou o PL nº 611/2018, de autoria do poder executivo municipal, que trata da privatização de dezenas de terrenos públicos na cidade, e dentre esses consta áreas onde estão localizadas escolas públicas municipais, como é o caso da EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), na zona sul, e da EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), Gabriel Prestes, na área central, criada em 1956. No mesmo dia em que o PL foi aprovado na Câmara, uma professora da escola ganhou um prêmio, dado pela própria prefeitura, aos melhores projetos educacionais da cidade.

O Projeto faz parte do plano de desestatização da atual gestão municipal e está sob a coordenação do Sr. Rogério Ceron, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias de São Paulo. Segundo o Secretário, em matéria publicada pelo Portal R7, e vários outros veículos de comunicação, o projeto original enviado à Câmara Municipal não constava os terrenos das escolas. No entanto, no dia da votação, quem apresentou o texto substitutivo ao Projeto original foi o vereador Fábio Riva (PSDB), líder do Governo na Câmara Municipal.

Essa notícia trouxe apreensão aos pais e alunos, no mesmo dia que o prefeito sancionou o Projeto, um sábado, aconteceram manifestações em frente às escolas.

Pais e professores temem que o direito à educação, resguardado no artigo 205 da Constituição Federal, seja ameaçado. “O prefeito podia ter optado por não ter sancionado na íntegra, mas está muito claro os interesses que ele defende. Agora, estou com medo de que meu filho perca a escola. E aí, o que eu vou fazer?” indaga a mãe de um dos alunos.

Diante de fatos tão graves, solicito aos demais membros desta Comissão que aprovem este requerimento para que possamos o mais rápido possível agendarmos este seminário, para que o governo municipal explique o por que de colocar entre os bens a serem privatizados, escolas e outros equipamentos de uso social, como bem deixa claro as matérias jornalísticas veiculadas.

Sala da Comissão, em, de outubro de 2018.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal – PT/SP

CARLOS ZARATTINI
Deputado Federal – PT/SP

Fonte:

<https://noticias.r7.com/sao-paulo/covas-sanciona-lei-que-inclui-escolas-em-venda-de-41-terrenos-em-sp-19102019>

<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/10/duas-escolas-estao-em-areas-que-serao-vendidas-pela-prefeitura-de-sp.shtml>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/17/prefeitura-de-sp-pode-vender-cerca-de-r-600-milhoes-em-terrenos-municipais-parte-ocupada-por-escolas-e-centros-de-convivencia.ghtml>